

**MATERNIDADE JUVENIL, VULNERABILIDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS:
TECENDO COM A PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Jéssica Falcade¹, Cleber Gibbon Ratto²

RESUMO

Este é um estudo sobre tornar-se mãe como processo psicossocial, onde essas mulheres estão em situação de vulnerabilidade, violação de direitos e em acompanhamento pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social Glória/Cruzeiro/Cristal na cidade de Porto Alegre/RS. Durante esse acompanhamento são constituídas as condições necessárias para que essa mãe possa confiar na vida, favorecendo o acesso às políticas públicas, a garantia de direitos e a constituição de um ambiente de sustentação psicossocial, ou seja, um ambiente suficientemente bom para que o cuidado materno possa nascer.

Palavras-chave: Maternidade, Vulnerabilidade, Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This is a study about becoming a mother as a psychosocial process where these women are in vulnerable situations, violation of rights and monitoring the Specialized Reference Center for Social Assistance Glória/Cruzeiro/Cristal in Porto Alegre/RS. During this follow-up the necessary conditions are established so that mother can trust in life, facilitating access to public policies, rights assurance and establishment of a sustaining psychosocial environment, that is a good enough environment for maternal care to be born.

Keywords: Maternity, Vulnerability, Policy of Social Assistance.

Recebido em 24 de novembro de 2017. Aceito em 07 de julho de 2018.

¹ Psicóloga pelo Centro Universitário Metodista – IPA, atuando nas Casas Lares do Abrigo João Paulo II – Pobres Servos da Divina Providência, Porto Alegre/RS. jessicafalcade@hotmail.com

² Psicólogo. Psicoterapeuta. Doutor em Educação. Bolsista de Produtividade do CNPq. Pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Educação (UNILASALLE) e em Reabilitação e Inclusão (IPA). cgratto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho se cumpriu na análise feita a partir da prática de estágio profissionalizante em Psicologia, vivida por mim, autora do artigo, e supervisionada pelo co-autor. Tive a oportunidade de intervir e estar em processo de formação em meio a atendimentos onde a vulnerabilidade e a violação de direitos estiveram presentes cotidianamente. Essa realidade envolve diversos âmbitos da vida social e intrafamiliar, exigindo que o profissional esteja atento e disposto a compreender as singularidades situacionais da cultura, do sujeito e da própria instituição política. Assim, busquei acompanhar o processo de construção da condição materna em vulnerabilidade social em um serviço especializado em assistência social. Esse tema me envolve e convoca como mulher resistente em uma sociedade machista, como cidadã e psicóloga em luta pelo fortalecimento das Políticas Públicas. Foi uma experiência enriquecedora e a partir desse trabalho trago parte dessa vivência, por vezes tão diferente das idealizações que nós estudantes criamos a partir do campo teórico.

Hoje o trabalhador do Sistema Único de Assistência Social — SUAS tem o dever de agir em conformidade com o princípio ético da defesa intransigente dos direitos socioassistenciais. A Psicologia, por meio de seus profissionais, entidades, academia e participação em movimentos sociais vem desconstruindo paradigmas nesse campo, concomitantemente consolidando a cidadania. Nosso dever em comunidade vai além da questão social, conjunto das expressões que definem as desigualdades sociais, pois nos deparamos frequentemente com o desamparo à saúde mental dos usuários. Nossa profissão abarca lutas sociais em busca do cuidado ampliado, em crítica à judicialização da vida, às formas de discriminação, à criminalização da pobreza, de forma geral às situações de violação de direitos.

Para alcançar os objetivos de reflexão desse trabalho, se fez necessário o entendimento sobre a concretização da Política de Assistência Social e das articulações dos serviços. Essa escrita discute a dinamicidade da vida que requer que estejamos dispostos a entrar no jogo. Dessa forma, se faz necessária a contextualização do espaço social da mulher que é mãe, perpassada pela biopolítica e que chega ao serviço de assistência com

frágeis estruturas materiais, psíquicas e emocionais. Na última parte dessa escrita me detive a apresentar um ensaio que relata um caso que possibilita a análise das conexões entre Michel Foucault e Donald W. Winnicott, a relação entre clínica e política, a fim de pensar de forma propositiva novos modos vivos de subjetivação, hoje ameaçados pelo desamparo.

DEMARCAÇÃO DO CAMPO E PERCURSO

O Serviço

Estagiei por um ano e seis meses no Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS Glória/Cruzeiro/Cristal, serviço da média complexidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania — FASC. O serviço é dividido por regiões, sendo o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo — PAEFI da região Vila Cruzeiro de Porto Alegre o foco desta escrita. Os atendimentos chegam encaminhados por juízes, promotores, Conselho Tutelar, por meio de denúncias, ato infracional ou demanda espontânea. A partir do primeiro contato com a família levantamos dados, verificamos os direitos violados, as condições de moradia, o vínculo com a rede de saúde e educação. O serviço de média complexidade vem na perspectiva de auxiliar os usuários, com o objetivo de possibilitar a superação da situação inicialmente dada. Nesse sentido, buscamos vincular o usuário na rede de serviços, aproximamo-nos a partir da escuta, principal ferramenta de acolhimento e que nos permite compreender e articular estratégias junto ao sujeito. O CREAS é um serviço de “portas abertas”, ou seja, se dá por ordem de chegada. Essa organização traz consequências à forma de trabalho, visto que a rotina não está dada.

O dia a dia é surpreendente, e pede uma postura estratégica e pode-se dizer criativa dos profissionais. Quando optei pelo meu último campo de estágio, quis conhecer o CREAS por sua multiplicidade e complexidade nos atendimentos. A violação de direitos que perpassa o público desse serviço não são prerrogativas de populações pobres, pois acontecem em todas as classes sociais. Além das situações de risco pessoal, afastamento e fragilização de vínculos familiares, outras situações também podem causar a violação de

direitos, como o abuso de drogas e álcool, transtorno ou sofrimento mental, ou a repetição de padrões de comportamentos familiares.

As (os) Usuárias (os)

No dia a dia vemos histórias pregressas de vulnerabilidade social e de violação de direitos, envolvendo em grande maioria mulheres e crianças em desamparo, moradores de rua em grave sofrimento mental e idosos em negligência familiar. A característica marcante das demandas é a urgência concreta, ou seja, aparecem no suprimento das necessidades materiais, tanto de caráter organizacional de vida quanto de condições básicas de alimentação, moradia e segurança.

As mulheres chegam fragilizadas com evidente carência de uma rede de apoio familiar e social, contudo no decorrer do trabalho psicossocial juntamente com a atuação comprometida de cada usuária, torna-se possível transformar as perspectivas dadas que geravam grande sofrimento. Citando a maternidade dessas mulheres falo não somente das que estejam em puerpério, mas também das que tiveram a guarda destituída judicialmente ou que por algum motivo não puderam exercer o cuidado materno durante o crescimento do bebê. O retorno das crianças que passaram anos em abrigos é também um momento de reorganização familiar, adaptação de todos, ali nasce uma nova relação que será constituída no dia a dia. Esse é o momento mais esperado tanto pela família e filhos, quanto para os profissionais que estiveram envolvidos no acompanhamento e fortalecimento dos genitores ou cuidadores legais. Deste modo, cada núcleo familiar em sua singularidade procura estratégias para recriar laços de confiança, comunicação e uma nova rotina.

Embora a saúde da mulher e da criança ocupe lugar de destaque como objetivo de Políticas Públicas, seu foco ainda recai sobre a Assistência Social, no âmbito de proteger e garantir recursos mínimos para o cuidado materno-infantil, quanto o atendimento psicológico tem sido pouco contemplado nas ações de saúde pública de modo geral (ACHING, 2013, p. 12).

A arte de tornar-se mãe envolve idealizações sociais que tendem a ser desconstruídas, necessitando de sustentação. Nessa experiência dada em situação de vulnerabilidade,

entram as implicações dos profissionais e das instituições sustentando essas mulheres e colocando-as na vida para que elas possam fazê-lo por seus filhos.

O Percurso

Como estagiária de 9º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Metodista do Sul, àquela época, estive implicada em processo de crescimento profissional e pessoal em sintonia com os avanços dos casos e em meio aos processos institucionais vigentes. Desta forma o trabalho e a pesquisa andam juntos, formação e intervenção, cumprindo dupla função: revelando o campo de atuação e revelando o meu vir a ser psicóloga. O processo teórico-prático é inerente à atuação no serviço de média complexidade, visto que tem o perfil de acompanhamento, ou seja, pressupõem formação de vínculo e corresponsabilidade entre o trabalhador do SUAS e o usuário. De acordo com esse fato, a metodologia utilizada para esse estudo apresenta-se com o formato de Pesquisa Intervenção.

A pesquisa-intervenção traz como proposta criar dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade qualitativa, e isto significa que esta proposição investigativa tem como alvo o movimento, as rupturas que as ações individuais e coletivas imprimem no cotidiano. Os processos em desenvolvimento na pesquisa-intervenção produzem permanentemente a realidade na qual cada um de nós e os diferentes grupos são um modo de expressão (ROCHA, 2006, p.171).

Essa metodologia nos permite estabelecer uma relação com o meio, uma intervenção psicossociológica em nível de transformação institucional. Nesse processo o pesquisador modifica o campo, mas não a partir do saber como uma totalidade fechada e sim na relação, ou seja, na construção do saber passível de absorver a descontinuidade da vida cotidiana, permitindo a produção de novos sentidos. Isso pressupõe que somos parte do todo, o que requer que estejamos dispostos a sermos modificados, pois a ação tem caráter contínuo. A análise institucional e a análise de implicação se fazem necessárias desde o início da inserção no campo, onde a instituição pública está vigente por determinadas diretrizes e ao

serviço de poderes Estatais, os quais cobram posicionamentos e resoluções. O olhar do profissional do SUAS está nesse enquadre constituindo singularidades, porém com possíveis “pontos cegos”, onde a sobreimplicação pode diminuir o potencial inerente à transversalidade³.

Nessa escrita consta minha implicação como estudante de psicologia, estagiária no CREAS e militante, sendo que essas faces mutuamente se transformam e se instigam. Esse fato me levou à análise de implicações, análise do inevitável, para que dessa forma não fechasse os olhos diante das rupturas que me desassossegassem. O trabalho diário esteve permeado de implicações e sobreimplicações, conceitos que serão trabalhados mais detalhadamente no decorrer deste artigo, e foi a partir disso que pude transformar e colaborar ativamente no campo e no meu processo transformação.

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A PSICOLOGIA DO COMPROMISSO SOCIAL

A Assistência Social se apresenta recente como política pública, visto que tem suas raízes na caridade religiosa. Faz-se necessário situá-la na transformação institucional à qual pertence, para que seja possível a análise de implicação.

Entende-se que com o desenvolvimento da sociedade e de suas complexidades, surgem classes sociais com privilégios e em contrapartida sujeitos à margem da sociedade, sem acesso aos direitos básicos do Brasil. Com a Revolução Industrial, essa nova forma de organização do trabalho fez surgir um grande número de sujeitos “improdutivos”, chamados “vagabundos”. Esses eram os camponeses que não conseguiam se encaixar no sistema de produção, vinham para a cidade na esperança de uma vida melhor, acreditando na promessa de inclusão social do desenvolvimento econômico. Também compunha esse grupo, os velhos, as crianças órfãs, os loucos e os ladrões. Com o passar do tempo, o sistema capitalista foi criando novas estratégias de cuidado dos marginalizados, porém

³ A transversalidade é um conceito cunhado por Guattari na década de 60. Indica um campo de possibilidades em um processo, quando toca tantos outros campos que não o específico desse mesmo processo. Contrapõe-se às ideias da verticalidade da horizontalidade, propondo um pensamento/ato que transversaliza, operando cortes, os mais diversos, nas relações, processos, pesquisas, campos, pensamentos.

concomitantemente gerou uma camada social vítima do desamparo. Ou seja, esse sistema econômico para continuar existindo pressupõe desigualdade, e dessa forma, com a necessidade de manter pessoas produtivas e com poder de consumo, cria ações assistenciais. Entretanto, conforme Política Nacional de Assistência Social, não se pode atenuar o fato que foi somente após inúmeros movimentos sociais compondo a luta dos trabalhadores, que de fato o acesso à rede de assistência social torna-se direito do cidadão e dever do Estado.

O SUAS prevê o atendimento multidisciplinar estendido em rede, trabalhando juntamente com as demais políticas públicas. Para discutir o acesso à rede de atendimento da Assistência Social é necessário compreender como que essa política se concretiza no Brasil.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS — 1993) que dispõe acerca da Política Nacional de Assistência Social, foi possível assegurar atendimento e critérios embasados legalmente para as demandas da população. Dessa forma, a Política de Assistência Social define como regulador destas ações, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se constitui através da regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e a lógica de ação em articulação com iniciativas da sociedade civil (MDS, 2015).

Os Programas e Serviços da Assistência Social Nacional dividem-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A básica prevê ações de prevenção com o objetivo no fortalecimento dos laços familiares e comunitários (Centro de Referência de Assistência Social — CRAS e Programa de Atenção à família e ao indivíduo — PAIF). A Proteção Social Especial de Média Complexidade é direcionada a famílias e indivíduos que estão com direitos violados, onde os laços sociais e comunitários estão enfraquecidos. Essa proteção conta com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, uma unidade pública estatal que abrange famílias e indivíduos em situação de risco, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados: violência física ou psicológica,

abuso ou exploração sexual, tráfico de pessoas, abandono, rompimento ou fragilização de vínculo familiar.

A Proteção de Alta complexidade abrange situações onde os direitos foram violados e os vínculos familiares rompidos. Com o objetivo de proteção integral para pessoas que estão em risco ou negligência familiar e que haja a necessidade de afastamento da família e ou comunidade. A proteção integral é garantida com locais de moradia, alimentação, técnicos responsáveis e como espaço para planejamento da reorganização de vida. Exemplos de espaços de acolhimento e proteção são os abrigos para crianças e adolescentes, albergues e casas para mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica. Em geral, o sujeito acessa a psicologia em um serviço público quando já está em avançado sofrimento psíquico, a partir de uma situação grave já vindo encaminhado de outro setor.

A rigor, não existe uma prática profissional sem um posicionamento político. Não existe imparcialidade, não existe neutralidade. Podem-se encontrar trabalhos alienados, mas, mesmo eles, estão objetivando e subjetivando uma posição em relação à concepção de direitos humanos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA et al., 2013, p.34).

No atual contexto de modo de produção Capitalista, a psicologia é colocada em situação controversa quando tem de seguir determinações inerentes ao papel de empregado, em dado âmbito da organização social. Portanto, toda ação possui uma dimensão política, pois envolve relações de poder tanto do profissional com o usuário, quanto do Estado representado pela Instituição sob a atuação do profissional. Os profissionais estão implicados nesse processo visto a necessidade de repensar se o atendimento corresponde às diretrizes das políticas públicas, assim como, compreender as demandas macroestruturais de sua inserção.

O BIOPODER DÁ À LUZ AS VULNERABILIDADES

A emergência do biopoder só se dá a partir da firmação da governamentalidade, que se apresenta como um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento próprias desta forma de exercer o poder,

em que temos a população como alvo principal, a economia política como saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumento técnico essencial (FENANDES; RESMINI, 2015).

O biopoder emerge com o desenvolvimento da sociedade capitalista e surgimento do Estado. O poder soberano, característico das sociedades pré-modernas, não tem mais o objetivo de proteção dos bens reais das ameaças externas, já que com a Modernidade cria-se uma possível relação de imanência entre governantes e governados. A pressuposição “deixar viver e fazer morrer” dá lugar ao “fazer viver e deixar morrer”, no sentido que o poder está inserido como forma de “proteção de si mesmo e dos outros”. Portanto, foi produzido com base no saber médico e nas ciências humanas, docilizando o corpo e aumentando sua eficiência e produtividade, consequentemente impulsionando o sistema político e econômico que precisa desse modo de subjetivação. Essa administração constante da vida passa a implicar a crescente desigualdade social, exclusão, desamparo e morte, em favor do capitalismo que requer sujeitos vulneráveis e violados para que possa continuar na promessa de promoção de bem-estar e de “desenvolvimento”.

Tal funcionamento é inevitavelmente paradoxal, por um lado o desamparo inerente à nossa organização e de outro a Política de Assistência Social na proposta de superação das vulnerabilidades. Alguns teóricos dizem que essa seria uma predisposição fracassada e pessimista sobre as instituições, porém há aberturas nessa contrariedade como mostra a reflexão de Foucault (1982) segundo a qual a resistência e a liberdade se encontram sempre presentes nas relações de poder. Na política de Assistência Social é possível encontrar essas aberturas (detalhadas no decorrer deste artigo) a partir de uma discussão proposta por Beatriz Gang Mizrahi (2010) no livro “A vida criativa em Winnicott”, onde a autora tece uma conversa entre Freud, Baumann, Castel, Deleuze, Winnicott e Foucault. Esse aporte teórico se mostra fundamental e contemporâneo quanto ao estudo das políticas públicas, visto que explora o tema reconhecendo nessas instituições, além de um instrumento de biopoder, também um ambiente confiável capaz de resistir com estabilidade e de se transformar frente às demandas sociais. Essas características são essenciais para que o interjogo transicional aconteça, onde a objetividade das coisas é parcialmente alterada pela ação dos sujeitos, ou seja, quando há sustentação para que o sujeito seja criativo e dê

sentido próprio para suas vivências. Ou seja, segundo Mizrahi, as políticas sociais tem em si a capacidade de proporcionar espaço transicional para novas experiências reparadoras.

A Vulnerabilidade social pode ser compreendida ao analisarmos as relações entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos e o acesso dos atores às oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (ABRAMOVAY et al., 2002). Em outras palavras, se apresenta como o conjunto de fatores que coloca o sujeito em risco, impactando amplamente em seu desenvolvimento psíquico, também expresso nas organizações simbólicas de raça, orientação sexual, gênero, etnia. Essa condição social insegura tem raízes em um longo processo histórico, onde na promessa do prolongamento da vida e da garantia de saúde se justificam intervenções constantes nos processos vitais, que acabam por se tornar fonte do controle exacerbado sobre os sujeitos.

O acesso aos recursos básicos para sustento, habitação, deslocamento pela cidade, saúde, educação são essenciais para que se desenvolva autonomia e capacidade de resistir politicamente. Em consequência, a situação de violação de direitos pode ser entendida a partir da posição de exclusão social onde é permanente a falta de acesso às políticas sociais. A promoção e a produção teórica sobre a rede de serviços provocam o tensionamento das políticas públicas, gerando análise constante da forma de trabalho, novas demandas tanto na organização dos serviços quanto de investimento financeiro.

Foucault (1970-1982) estudou contextos relacionais que facilitavam modos de alteridade e subjetivação singular e Winnicott (1965) trouxe as condições de acolhimento para que seja possível a expressão criativa e livre. Acima de ficarmos cristalizados, devemos promover o diálogo entre os fatores apresentados que correspondem inegavelmente ao modo de subjetivação dos sujeitos, com as iniciativas de resistências contidas na seguridade social, visando à cidadania garantida pelos direitos sociais. Dessa forma, continuar existindo com valorização pessoal e singular em meio à vulnerabilidade e negação dos direitos humanos fundamentais se mostra uma tarefa difícil. Então o que dizer sobre estar em condição de tal relevância como a de ser mãe?

PARINDO O CUIDADO MATERNO

Historicamente vemos que os papéis familiares são constituídos dentro de um contexto social, atendendo as necessidades de uma dada época. Os sujeitos exercem na prática cotidiana sua maneira própria de ser mãe e pai, entretanto são perpassados por padrões culturais vigentes que formam essas relações. Segundo Badinter (1985), foi somente no final do séc. XVII que a noção de infância surge socialmente, requerendo cuidados especiais, mudanças nos hábitos de higiene, alimentação e educação. Esse fato está diretamente ligado à ascensão econômica e política da burguesia, pois necessitava da sobrevivência das crianças para que a propriedade privada se consolidasse mantendo a classe social da família e os bens garantidos para os futuros herdeiros. Já no séc. XVIII a tarefa ganhou nobreza, pois anteriormente era delegada às amas de leite que eram responsáveis pela possível sobrevivência do bebê, pelo desmame e abandono das fraldas. Somente depois desses primeiros anos que o filho ficaria sob os cuidados maternos. A mulher burguesa entra nesse cenário como a mãe devotada, a qual não poupa esforços para o bem estar do herdeiro e da família. Assim, em cada conjuntura há fatores diferentes de construção da identidade materna.

Hoje, a mãe em contexto de vulnerabilidade teme por sua vida, tendo de aprender a lidar sozinha com o bebê que a convoca constantemente, assim como com seus sentimentos e corpo físico em puerpério. Aqui a vida se apresenta em sua forma pulsional, e é nesse momento que algo tem de vir como resposta de sustentação, algum cuidado tem de ser produzido para que continue existindo vida entre a mãe e o bebê.

Embora todos os bebês ingiram comida, não existe uma comunicação entre o bebê e a mãe, exceto na medida em que se desenvolve uma situação de alimentação mútua. O bebê dá de comer e a experiência dele inclui a ideia de que a mãe sabe o que é ser alimentada. [...] Desta maneira, assistimos concretamente a uma mutualidade que é o começo de uma comunicação entre duas pessoas (WINNICOTT, 1969, p.198 apud MIZRAHI, 2010, p.87).

Segundo Winnicott, existem duas funções primordiais: a de holding (sustentação) que garante a continuidade e a de containing (objetos de continência) que nos possibilita

experiências de transformação. Portanto nesse momento a mãe⁴ faz parte do ambiente do bebê, sustentando esse processo e sobrevivendo a ele para que possa constituir um self individual capaz de posteriormente separar-se do mundo. Foucault (1982) se aproxima disso quando descreve os processos de subjetivação e traz a ideia do cuidar de si para poder fazê-lo pelo outro, pois precisamos da troca social para que possamos exercer o cuidado, assim chegando à verdade. Ou seja, o cuidado de si expresso na relação singular, transcendente do sujeito em relação ao mundo, diferente do sentido empregado na contemporaneidade onde esse cuidado de si foi entendido como egoísmo.

Essa ideia de verdade, pode-se atrelar a de ser protagonista da própria vida, quando sente que sua vida vale a pena ser vivida. Segundo Winnicott (1963), a vida de um indivíduo saudável é caracterizada por medos, sentimentos, conflitos, dúvidas, frustrações, tanto quanto por características positivas. O principal é que o homem ou a mulher sintam que estão vivendo sua própria vida, assumindo responsabilidades pela ação e pela inatividade, e sejam capazes de assumir os aplausos pelo sucesso ou as censuras pelas falhas.

À frente da família, frequentemente são as mulheres que estão responsáveis pelos filhos, sustento familiar e afazeres diários envolvendo organização geral da casa e da vida dos membros e são elas também que representam o grande número de usuárias do CREAS Glória/ Cruzeiro/ Cristal. Esse recorte nos induz à questão de gênero que se expressa em abuso e exploração sexual, cárcere privado, abandono, violência doméstica e intrafamiliar, sendo esses os fatores que constituem algumas das violações mais recorrentes entre as usuárias desse serviço em que estive inserida. A inserção no mercado de trabalho e o frequente abandono do homem (representativo da figura paterna) em relação à família gera sobrecarga sobre as mesmas. Nessa lógica, sobressai a responsabilidade sobre os filhos, observando-se um padrão moralista também nas políticas públicas quanto à condição materna.

Afirmando que a criação de filhos continua sendo uma tarefa quase que exclusivamente feminina, FOMA (1999, p. 15) assinala que essa,

⁴ Daqui em diante, a palavra mãe não se refere exclusivamente à figura biológica desse conceito, mas qualquer um que desempenha as funções de cuidado. Da mesma forma, quando falo em fases do desenvolvimento do bebê, podem ser compreendidas como formas de relação com o mundo que se manifestam na cultura, ou seja, além da primeira infância também na maturidade.

atualmente, já começa muito antes do momento da concepção: Espera-se que a futura mãe se abstenha de café, chá, álcool, fumo (inclusive passivo), determinados tipos de alimentos industrializados, estresse, excesso de exercícios. [...] As mães são bombardeadas com mais informações do que conseguem absorver e o conselho é sempre apresentado como o “melhor para o seu bebê”, porém envolve vários outros interesses [ou problemas] sociais, políticos e culturais. (MEYER, 2005, p. 83).

Programas de transferência de renda, como Bolsa Família, colocam de forma prevista a mãe como beneficiária, sendo que no regulamento referente há uma série de condições para a família continuar acessando. Por exemplo: os filhos estarem frequentando o colégio, a família seguir em acompanhamento no CRAS / CREAS, assim como, corresponder positivamente às combinações feitas nos atendimentos. Conseqüentemente esse fato gera um acúmulo predestinado às mulheres, dificultando o principal objetivo dos benefícios assistenciais que é justamente que a família tenha o básico para superar a atual situação de vulnerabilidade.

A responsabilização individual emerge do poder disciplinar onde o sujeito constitui-se em separado do social, desamparado e perdido, acreditando que deve suprir sozinho suas próprias demandas, pois elas não viriam senão da irresponsabilidade com sua própria vida. A desregulamentação dos direitos sociais e das políticas públicas impulsiona a iniciativa individual ou privada de cuidado, onde não se está sob o resguardo da responsabilidade pública do Estado e sim submetido ao isolamento. Esse processo pode ser entendido como um retrocesso visto que a proteção social volta a estar articulada na esfera do privado, reservado ao seio familiar. Importante dizer que tais proteções do âmbito privado, em dada medida, podem servir também como resistência à estatização da vida, na crítica ao Estado totalizante que está longe de ser agente ativo de uma vida singular e criativa.

Resta a essas mulheres a criação de estratégias de manejo quanto às resoluções práticas e psicológicas. A experiência da maternidade em um meio vulnerável demanda cuidados à saúde mental da mulher, pois essa constante debilita o emocional sobrecarregado de inseguranças quanto às práticas de cuidado.

Como desempenhar um cuidado suficientemente confiável para o filho, sendo que durante sua vida lhe foi negado o mesmo? Certamente a idealização do papel materno passa longe de ser um fator contribuinte, visto que a vida acontece de forma imprevisível, o que não oferece espaço para um olhar cristalizado na metodologia das políticas públicas atuais. Dessa forma, mostra-se indispensável que a práxis seja desenvolvida com base nas características emergentes do público usuário dos serviços.

POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTANDO O VIR A SER MATERNO

Muitas vezes, a impossibilidade de atender às famílias passa a ser percebida não apenas como da responsabilidade do Estado e da falta de políticas públicas eficazes, mas também, como uma falta de engajamento e/ou incapacidade do profissional para resolver com sucesso certos problemas. Tal prática sobreimplicada, ao mesmo tempo em que desconsidera a falência dos projetos e das políticas públicas em vigor, acentua o “modo-de-ser-indivíduo”, ao impor ao profissional uma solução individual. Com isso, alimentam-se e fortalecem-se subjetividades onipotentes, faltosas e culpabilizadas e de uma “angústia sempre pairando no ar”, “do medo de fracassar”, “de um estado de fragilidade permanente” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p.3).

A sobreimplicação no trabalho condiz com a captura do sujeito, onde seu potencial de singularização e criação se veem enfraquecidos, onde há o sobretrabalho. O trabalhador implicado em meio ao contexto de aceleração da vida, do tempo e do sentir, é colocado em constante ameaça de frustração, movida pela rapidez de resultados e enorme demanda de trabalho. Esse processo não deve ser entendido como questão pessoal/individual, e sim como um lugar que socialmente podemos ocupar e que é atravessado/constituído pela e na história. O sujeito sobreimplicado investido de um suposto saber, criação das fontes inesgotáveis de distribuição de sentidos, que vem na captura da criação do desejo gerando prazer, sensação de poder e de valor. Assim, o coletivo fica enfraquecido pelo padrão individualizante, contribuindo para os “pontos cegos” das políticas públicas. Tal processo de trabalho fomenta a normalização dos corpos envolvidos, do trabalhador exausto e dos

usuários que veem dependentes do serviço. Esse relato surge não somente dos usuários, mas também dos trabalhadores que expressam o sentimento de incoerência, visto as incumbências que, por vezes, os fazem inibir a autonomia dos sujeitos.

Nota-se esse movimento, por exemplo, com a crescente judicialização da assistência social, onde o profissional é exigido a responder alta demanda de ofícios no prazo de 30 dias. Esse fato envolve um relatório social e encaminhamentos já promovidos pelo serviço, o que acontece é que frequentemente a família não deseja acompanhamento, assim como expressa claros sinais de sentir-se “invasa” pelo Estado. Frente a esse fato, se revela tênue a distância entre ser uma atuação qualificada ou intrusiva, a segunda possivelmente gerando uma rejeição ou revolta agressiva com o serviço. Segundo Winnicott, esse distanciamento imposto pela agressividade seria justamente o anseio pela alteridade, onde o sujeito necessita encontrar a externalidade para nela desempenhar sua criatividade. O sufocamento gerado pela judicialização da vida, banhada no biopoder, não possibilita essa expressão singular.

A mãe

A maternidade tem um lugar repleto de construções sociais que produzem sentimentos em nossa sociedade, onde a mulher é vista como prioridade nos serviços públicos, assim tornando-se possível o acesso imediato aos seus direitos. No seio familiar também é rodeada de cuidados especiais os quais não está inserida anteriormente à gravidez. Assim, em ambas instituições, Estatais e familiares, a gestante se vê em outra posição social, caracterizada intensamente mais sustentadora. Entretanto, se essa mulher viver em um meio precarizado, com baixa renda, é dolorosamente criticada. Seu corpo é capturado pelo biopoder, sendo segmentado do contexto acima apresentado. Assim, há consenso na classe média e na medicina quanto ao número limitado de filhos que poderiam e deveriam ter consciência de parir.

Uma vez que os direitos, quaisquer que sejam eles, não estão definidos a priori, não são presentes de quaisquer deuses, da natureza, de determinadas sociedades e muito menos de seus governantes, mas são fruto de lutas daqueles que estão, por muitos motivos e em variados graus,

excluídos de alguma esfera do social que está ao alcance de outros, é preciso considerar, também, que os direitos têm um caráter dinâmico, de construção histórica e social. E eles têm esse caráter na medida em que incorporam e consolidam, por vezes de forma conflituosa e divergente, conquistas de diferentes grupos sociais através dos tempos — neste caso, de feministas e de ativistas e intelectuais dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos humanos —, os quais podem entrar em conflito com direitos específicos de outros grupos sociais. Estes direitos podem entrar em conflito com os direitos do feto, por exemplo, naqueles países que adotam a premissa do direito à vida desde o momento da concepção, e isto se choca frontalmente com o direito ao aborto, defendido por ativistas feministas e dos direitos reprodutivos (MEYER, 2005, p.96).

O poder de decisão sobre seu corpo físico fica ainda menor em caso de gravidez inesperada, pois são essas mesmas mulheres, já fragilizadas pelas condições sociais, que morrem em clínicas clandestinas que não contam com preparo técnico e nem ao menos condições básicas de higiene. O julgamento moral quanto ao corpo feminino está enraizado socialmente, assim como o excesso de atenção médica que não proporciona autocuidado e sim dependência de um cuidado massivo, quase um receituário. A total abertura de nossos corpos, a qual devemos permitir constantemente em frente ao saber médico, quando contestada é entendida como negligência e não como limite imposto ao outro, como o que é do âmbito do privado. Essa é uma das dimensões da ética no trabalho da Psicologia, favorecer a reapropriação do corpo da mulher e a expressão de sua alteridade, sustentando-a na incorporação dos sentidos maternos.

Peixoto (2013) explora o pensamento de Michael Balint e propõem pensar a prática do terapeuta no processo de criação de um clima relacional de segurança, permitindo um novo começo ao sujeito. O profissional se coloca no setting, sem resistências misturando-se no processo analítico, buscando com isso uma atmosfera inocente, sincera, semelhante à relação de amor objetal primário (onde já foi colocado sentido no objeto), porém dada em uma fase ainda anterior, onde o ambiente ainda não se diferenciou. Dado o ambiente confiável, torna-se possível emergir a espontaneidade do mundo primitivo, ou seja, suas

angústias assim como suas potencialidades de cicatrizar a relação de sofrimento com o objeto. Assim, em uma atmosfera suficientemente boa, descrita acima, mãe-bebê ambos nascem juntos. Nesse encontro são criados os sentidos que compõem essa relação de sujeitos (ainda misturados) e a que se dá consigo mesmo, pois aprendendo a lidar com o outro se nasce de novo, reaprendendo a lidar com os próprios problemas internos. Assim, o vir a ser ou a capacidade de constituir-se sujeito maternal tem caráter psicossocial, surgindo na relação mãe-bebê, sujeito-ambiente, paciente-analista. As mulheres usuárias do serviço de assistência, contam com a potência desse serviço como holding, onde podem criar outras formas de perceber e viver no mundo.

Ensaando a maternidade

Para o ensaísta, a escrita e a leitura não são apenas a sua tarefa, o seu meio de trabalho, mas também o seu problema. O ensaísta problematiza a escrita cada vez que escreve, e problematiza a leitura cada vez que lê, ou melhor, é alguém para quem a leitura e a escrita são, entre outras coisas, lugares de experiência, ou melhor ainda, é alguém que está aprendendo a escrever cada vez que escreve, e aprendendo a ler cada vez que lê: alguém que ensaia a própria escrita cada vez que escreve e que ensaia as próprias modalidades de leitura cada vez que lê. (LARROSSA, 2003, p. 108).

O ensaio remete a termos tempo para escrever, ler novamente e experimentar a escrita de forma que essa nos provoque a sentir, a ver sentido. Podendo dizer que é um lugar onde é permitido que a vida, o pensamento e a escrita se misturam, não exige continuidade, “porque a realidade é descontínua” (LARROSSA, 2003, p. 114). Portanto, se mostra diferente da investigação acadêmica que prioriza a rapidez e a organização, a fim de colher dos textos lidos partes interessantes para a futura escrita.

Escolho o ensaio para apresentar um caso, porém que não deve ser visto como apenas uma vida, e sim um exemplar composto de diversas situações vividas na experiência de

estágio. Diana e sua família nasceram de recortes de atendimentos⁵, de vidas reais, de famílias diferentes, mas com um ponto em comum: atravessadas por idas e vindas, entre os desejos e a realidade crua, sobretudo de mulheres com o desafio de enfrentar limites internos e externos. As dimensões do cuidado aparecem sem dar aviso, onde nessa relação se cruzam: sustentar e conter, reconhecer, interpelar e reclamar, implicar e reservar, ensinar a cuidar.

A relação entre a usuária e seus pais é frágil, visto as violências que sofreu durante sua vida. Durante esse período em que morava com seus pais biológicos esteve em cárcere privado e engravidou duas vezes em decorrência de incesto, gerando Kelly e Vivian. A situação familiar é complexa, portanto o foco se dará com objetivo de análise referente ao momento em que ela passa a se sentir mãe e capaz de exercer os cuidados necessários.

Diana sente-se abandonada por sua mãe, seu corpo foi invadido e tomado de si desde sua infância, constantemente expressa que se sente desconectada, como se estivesse fora de seu corpo. A vida não lhe proporcionou tempo e sustentação para que sua experiência fosse integrada, ou seja, “fizesse sentido” o que lhe daria condições de narrar sua história, dar palavras. Ao contrário, foi exaustivamente exposta a excessos traumáticos que não permitiram estabelecer conexões, sequência e compreensão dos acontecimentos, em consequência disso sente-se desintegrada. Em sua narrativa determinadas memórias são bloqueadas, por exemplo, quando conta de sua infância, dos abusos, datas específicas, e não consegue estipular o tempo correspondente aos acontecimentos.

Nelsi, sua mãe, foi criada em acolhimento institucional, pois foi negligenciada pela família. Hoje, repete a fragilidade de vínculo e de negligência com sua filha, sendo omissa e também vítima das violências de Emerson. Por diversas vezes não escutou a filha, situações em que ela pedia por atenção, por reconhecimento, na expectativa de sua implicação nos cuidados. Ou seja, também se mostra transgeracional a falta de confiança que se dá como fruto de uma relação suficientemente boa entre mãe e filha.

Quando Diana conseguiu sair da casa dos pais não pode levar consigo suas filhas, era ameaçada caso tentasse retirar as meninas do local. Entretanto, a avó mandava as netas para

⁵ O caso e os nomes das pessoas envolvidas são fictícios. A apresentação da família de Diana se organiza da seguinte maneira: seu atual companheiro Rafael, sua filha de seis anos Kelly, sua filha de oito anos Vivian, sua mãe Nelsi e seu pai Emerson.

a casa da Diana aos sábados em troca de dinheiro. Em um final de semana que estavam juntas, Vivian começou a chorar e reclamar de dores e sangramento na vagina. Diana, a princípio, não entendia o que estava acontecendo com a filha. Estava resistente em ver sua história se repetindo e chegou a pensar que a filha estivesse menstruando pela primeira vez.

Após recorrer a sua tia materna para conversar sobre a situação, a mesma lhe mostrou a verdade que parecia tão óbvia aos seus olhos, mas não aos de Diana. A partir desse dia, a usuária não devolveu as meninas para os “avós” e recorreu ao CREAS. A partir desse dia iniciamos o acompanhamento e o tornar-se mãe de Diana. Organizamos com ela os próximos passos: denúncia policial, encaminhamento ao Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil — CRAI do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas — HMIPV, realizamos a troca de escola e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — SCFV (serviço da Proteção Social Básica, para crianças e adolescentes, no período de contra-turno escolar) e nova documentação das meninas.

Com a formação de vínculo com a família, notamos que ali estava se formando uma relação de confiança e cuidado. A intervenção foi além das questões materiais da família, participamos do vir a ser materno de Diana. Surgiram novas necessidades, como de diálogo aberto entre mãe e filhas sobre a nova configuração familiar. Inicialmente, as crianças estavam deprimidas pelo afastamento do “avô” e falavam em saudade, ao mesmo tempo em que pediam à mãe para que não permitisse a sua aproximação. Esse relato nos afirma o perfil de abusador, onde ele exerce papel cuidador e conquista o afeto das meninas. Diana sentindo que precisava de apoio para conversar com as meninas, pediu que estivéssemos juntas nesse momento, auxiliando no holding. Nesse atendimento, Vivian pergunta “O bicho papão não vai mais vir de noite fazer coisas que eu não gosto, mãe?” (sic), convocando Diana para uma posição de segurança materna. Após conversarmos e explicarmos que os avós se manteriam afastados para a segurança delas, Vivian e Kelly sorriram e voltaram a brincar com os materiais da sala. Segue em andamento o processo judicial de reconhecimento de paternidade, onde ficarão comprovados os abusos. As crianças foram encaminhadas do CRAI para a Equipe Especializada da Criança e do Adolescente — EESCA, onde seguem em psicoterapia semanal, brincam de forma criativa

e pouco se referem ao “avô”. A mãe começa a fazer novos planos como um emprego e terminar os estudos.

Considero que foi de extrema importância o serviço especializado à família, assim como toda a rede de serviços públicos envolvidos. Na assistência social a demanda material é imediata e inicial no processo de acompanhamento. Após esse primeiro momento de distanciamento do meio abusivo em que se encontravam, buscamos a reorganização familiar formando um holding de cuidado, juntamente com a atual família da usuária. Esse fato fez com que passasse a ter recursos materiais para gerir-se e também segurança física para elaborar o enfrentamento da situação. Dessa forma, surgem as condições básicas para emergir novos recursos ambientais e psíquicos facilitadores para o desenvolvimento de capacidades cuidadoras. O processo de desenvolver técnicas de cuidado, entendimento das necessidades e como reagir perante o filho é sempre construído na relação. A história de vida de Diana não lhe proporcionou acúmulo de experiências satisfatórias com sua genitora. A partir de suas escolhas, reflexões e da garantia de seus direitos é que a usuária pôde estabelecer novas elaborações subjetivas quanto ao conceito de mãe que tinha em si mesma. A violência transgeracional se apresenta com padrões cristalizados e de difícil rompimento desse funcionamento familiar, entretanto foi tocada de forma singular sustentada também pelo apoio do novo companheiro e dos sogros protetivos.

A partir desse ensaio vemos que são inúmeros os fatores que constituem a negligência, e um dos principais é justamente não ter em si a marca primária do cuidado suficientemente bom. O (a) psicólogo (a) inserido nesse âmbito tem o dever de não atuar com neutralidade, se assim fizer corre o risco de promover ações antiéticas e descontextualizadas. Essa compreensão permite que o profissional atue sem idealizações quanto à sua função, porém acreditando nas potencialidades reais do serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos serviços da Assistência Social de Média Complexidade que visam fortalecer os vínculos familiares e a superação das vulnerabilidades é necessário pensar o processo histórico-prático envolvido na análise da sobreimplicação, judicialização vida e o

biopoder sobre o corpo feminino. Esses fatores colocam os profissionais em situações de difícil manejo, pois há nesses casos uma cobrança do judiciário que por vezes gera intensa contradição com relação ao fazer ético da Psicologia. Assim, para que nossas intervenções não se tornem essencialmente controladoras e moralizantes é possível fazer uso de ferramentas como: a sensibilidade, o respeito às usuárias e o zelo com a singularidade que emerge confiante nesse vínculo de acompanhamento judicial, nos afetos e encontros.

A relação de confiança mútua estabelecida no holding é fator primordial para que o novo começo seja verdadeiro, constituído de um recordar o passado voltado para o futuro. Retomar o passado não pressupõe visitá-lo dando as mesmas palavras e sim estar disposto a dar nova linguagem, com outros sons e tons. Não se espera que seja apenas um bom encontro com o passado, mas que esteja constituído de possibilidades de lidar com a experiência objetivando a criação de novos jeitos de relacionar-se com o mundo e consigo próprio. Fica claro que é possível reconhecer na prática da política pública de Assistência Social grande potencial de sustentação no processo de vir a ser mãe, expresso nos acolhimentos, nos encaminhamentos, e principalmente no acompanhamento e formação de vínculo com as usuárias, com as crianças e com a rede de apoio da família.

A caminhada dessas mulheres tem como ingrediente principal a CORAGEM. Essa é a palavra que escolho para descrevê-las e marcá-las em minha memória. Coragem para viver e para encarar o destino desconhecido em busca de algo novo, em busca de encontros em si mesmas e com o mundo. Em figuras históricas, os heróis apresentam essa qualidade, a de conseguir “agir pelo coração”, além da inteligência. Do latim *coraticum*, derivado de *cor* “coração” e *aticum* “ação”. Coragem para aprender outra forma de viver, para desconhecerse e posteriormente dar-se conta que mudou, reaprendendo a ouvir as necessidades do filho que retorna ao lar e que lhe pede reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO: BID, 2002.

ACHING, Michele Carmona. **A mãe suficientemente boa**: imaginário de mães em situação de vulnerabilidade social. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=856http://www.scielo.br/>. Acesso em 10 de Setembro de 2015.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; et al. **Referências Técnicas para a Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social** — CREAS. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP_CREAS_.pdf>. Acesso em 12 de Setembro de 2015.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Sobreimplicação**: práticas de esvaziamento político? [2015] [online]. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto22.pdf>. Acesso em 20 de Novembro de 2015.

FENANDES, Daniel; RESMINI, Gabriela. **Biopolítica**. 2015. [online]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html>>. Acesso em 15 de Novembro de 2015.

LARROSA, Jorge. **O Ensaio e a Escrita Acadêmica**. in Revista Educação e Realidade. UFRGS. v. 28, n. 2. 2003. [online] Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25643>> Acesso em 18 de Novembro de 2015.

MDS -MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. [online] Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/download >. Acesso em: 15 de Setembro de 2015.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **A politização contemporânea da maternidade**: Construindo um argumento. in Revista Gênero. Niterói, Universidade Federal Fluminense. v.

6, n. 1, p. 81-104, 2. sem. 2005. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/237619825_A_POLITIZAO_CONTEMPORNE_A_DA_MATERNIDADE_CONSTRUINDO_UM_ARGUMENTO1>. Acesso em 18 de Novembro de 2015.

MIZRAHI, Beatriz Gang. **A vida criativa em Winnicott**: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

PEIXOTO JUNIOR, C. A. **Michael Balint**: a originalidade de uma trajetória psicanalítica. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2013.

ROCHA, Marisa Lopes da. **Psicologia e as práticas institucionais**: a pesquisa-intervenção em movimento. in Revista Psico. v. 37, n. 2, pp. 169-174, maio/ago. 2006. [online]. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/1431/1124>> Acesso em 10 de Novembro de 2015.